

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Repensando o extensionismo na perspectiva do Estado Ampliado (1965-1974)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Cassiano Farias de Oliveira	Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal Fluminense	PPGH/UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O trabalho se propõe a analisar a política de Extensão Rural praticada pelo Estado restrito brasileiro, no período indicado, à luz do conceito de Estado Ampliado formulado pelo pensador marxista Antonio Gramsci. Partimos do pressuposto de que este último não guarda apenas uma dimensão teórica, mas constitui-se em um instrumento de pesquisa histórica deslocando a reflexão meramente institucional para uma esfera da correlação de forças vigente entre os sujeitos – individuais e coletivos – no âmbito da sociedade civil. Logo, o projeto de Extensionismo surgiu, no Brasil, devido a uma iniciativa privada bem-sucedida firmada em 1948 entre a Associação Internacional Americana (AIA) — controlada por Nelson Rockefeller — e o governo do Estado de Minas. Em 1956 o Extensionismo se tornou uma política nacional, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, a qual emergiu dos embates e conflitos entre os aparelhos privados de hegemonia representantes das frações da classe dominante agroindustrial, sobretudo a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA e sua Confederação Nacional da Agricultura – CNA e Sociedade Rural Brasileira – SRB. Apesar do projeto Extensionista ser apresentado como um grande consenso entre as referidas entidades, as diretrizes e ações da ABCAR tinham estreito vínculo com o projeto de desenvolvimento agrícola da SNA/CNA. A extinção da ABCAR em 1974 sugere a perda da hegemonia da SNA junto ao Estado restrito, num contexto de realinhamento das forças políticas intra-classe dominante como um todo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Extensão Rural – Estado – História do Brasil			
ABSTRACT			
<p>The work proposes to analyze the public policy of extension rural in Brazil through the concept of "State broadened" formulated by italian marxist Antonio Gramsci. Your analyse is not only one theoretical dimension, but is instrument of historical research displacing the discussion institucional to the sphere of the correlation of forces existing between the subjects - individual and collective - into civil society . Therefore, the extensionism project originated in Brazil, due to a successful private signed in 1948 between the American International Association (AIA) - controlled by Nelson Rockefeller - and the state government of Minas. In 1956 the Extensionism became a national policy, with the creation of the Brazilian Association of Credit and Rural Assistance - ABCAR, which emerged from the conflicts between agency hegemony private, representatives of the fractions of the ruling class agribusiness, especially the National Society of Agriculture - SNA, the National Confederation of Agriculture - CNA and the Brazilian Rural Society - SRB. Although the project Extensionist be presented as a large consensus between these entities, the guidelines and actions of ABCAR had close ties with the agricultural development project of the SNA / CNA. The extinction of ABCAR in 1974 suggests the loss of hegemony of SNA restricted by the State in the context of realignment of political forces intra-ruling class as a whole.</p>			
KEYWORDS			
Extension Rural – States – Brasil History			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o Marxismo e o Estado			

Introdução: por uma teoria e metodologia gramsciana

Antônio Gramsci foi integrante do Partido Comunista Italiano, ainda nos anos 1920, se tornando deputado no parlamento da Itália no ano de 1924. Pronunciou um único discurso no Parlamento contra o fascismo já dominante nesse período. Em 1926, contrariando sua imunidade diplomática como deputado, foi preso pelo regime fascista de Mussolini e enviado a prisão de onde nunca mais regressou com vida. Contudo, mesmo diante de todas as intempéries sofridas no cárcere fascista, Gramsci escreveu um dos maiores tratados de política marxistas que alcançaria proporções muito maiores do que ele provavelmente imaginara. Os escritos de Gramsci, sobretudo os seus *Cadernos do Cárcere* promoveram um salto qualitativo nos estudos marxistas sobre o conceito de Estado. Este foi pensado por Gramsci de forma ampliada, isto é, através de uma dupla dimensão, pedagogicamente apresentada por um segmento denominado de sociedade civil e outro denominado de sociedade política.

O âmbito da sociedade civil concentra organizações voluntárias defensoras dos interesses comuns de uma dada classe ou fração de classe chamados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia. A sociedade política concentra os aparelhos de Estado ou suas instituições de caráter público ou diretamente vinculados à estrutura estatal. A relação entre essas duas dimensões é marcada pelo “equilíbrio instável” decorrentes da própria essência da dinâmica da relação conflituosa da dominação e exploração decorrente do próprio processo do sistema capitalista em questão (GRAMSCI, 2011, p. 235).

Afirmamos, portanto, que o pensamento do marxista italiano apoia-se em uma análise constante do processo histórico, sem a pretensão de formar conceitos descolados da realidade social sendo coerente com a dialética marxista. O combate de Gramsci foi duplo: contra o pensamento da teoria das elites de Mosca e Pareto, que trazia um perigoso determinismo e apologia ao pensamento liberal e ao marxismo economicista que firmava uma extrema importância à dinâmica da estrutura, ou seja, das relações econômicas construindo uma determinação simplista ao materialismo histórico. Nesse sentido, Gramsci não só conferiu uma teoria política marxista como também lançou bases para a construção de uma metodologia de análise histórica uma vez que suas categorias são claramente baseadas na dinâmica dos processos históricos, sobretudo se nos debruçarmos em seus escritos sobre a questão do *Risorgimento* italiano amplamente discutido no caderno de número dezenove (GRAMSCI, 2011).

Esse trabalho respaldado na teoria e, podemos dizer, numa metodologia gramsciana pretende analisar a política de extensão rural no Brasil promovida pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) posterior ao golpe civil-militar de 1964. Esse aparelho do Estado, criado em 1956, teve amplo apoio das entidades do patronato rural brasileiro do período sofrendo alterações em sua trajetória durante a segunda metade da década de 1960 em função dos rearranjos estruturais da política, da economia e das questões sociais no campo. Essa relação entre as entidades patronais e o extensionismo corrobora para assertiva gramsciana da íntima relação entre sociedade civil – no caso as agremiações patronais – e a sociedade política – ABCAR propriamente dita. Antes, porém, precisamos entender o contexto histórico e a correlação de forças na questão agrária no Brasil.

Redefinições do campo brasileiro na década de 1964-70

O campo brasileiro, em meados da década de 1960, já não era mais o mesmo se comparado aos anos anteriores. As intensas migrações, as políticas agrícolas e, conseqüentemente, as expropriações ocorridas desde a criação da ABCAR modificaram o panorama da agricultura no país. A Reforma Agrária não mais assustava as frações da classe dominante agroindustrial, pois com o Estatuto da Terra promulgado no imediato pós-64, foi enterrado qualquer tentativa de mudança da estrutura agrária no Brasil (OLIVEIRA 2013). O projeto consagrado pelo Estatuto não alterava as bases da estrutura fundiária, mas promovia a associação entre Reforma Agrária e desenvolvimento da acumulação capitalista no campo.

Tamás Szmrecsányi afirma que, nesse período, a industrialização e urbanização do país ocorreram de modo acelerado e interdependente ao setor agropecuário, ficando este a cargo de fornecer recursos em matérias-primas, divisas derivadas da exportação e ainda mais mão-de-obra fortalecendo o exército de trabalhadores oriundos do campo.

A interdependência dos setores, que mais uma vez, acaba de ser realçada, manifestou-se concretamente de várias maneiras e com graus diversos de intensidade, através de processos como: a ampliação dos mercados internos de gêneros alimentícios e de matérias-primas de origem vegetal e animal; a expansão da fronteira agrícola e a multiplicação dos estabelecimentos agropecuários; o aumento e a diversificação do produto setorial; a substituição de culturas e atividades estagnadas por outras mais dinâmicas e rentáveis; e, *last but not least*, a transformação das relações de trabalho e produção (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 145)

Nesse sentido, dois fatores explicam o acelerado desenvolvimento do setor agropecuário pós-64: a expansão da fronteira agrícola e a tecnificação da agricultura.

Durante toda a década de 1960 a expansão da fronteira ocorreu em diversos estados, sobretudo no Norte e Centro-Oeste do país, regiões conhecidas por suas fronteiras “abertas”¹, ou seja, onde abundavam terras devolutas ou improdutivas passíveis de ocupação. Dois foram os tipos básicos de ocupação das áreas de fronteira: uma ligada à migração inter-regional por vezes derivada de áreas rurais estagnadas para as regiões de fronteira tidas como mais dinâmicas. Nesse processo verificava-se a ocupação de terras por parte de posseiros gerando o povoamento das novas áreas. O segundo tipo era a apropriação, de fato, por empreendimentos capitalistas (SZMRECSÁNYI, p. 160). Nesse caso, predominava a aquisição de enormes extensões de terras já ocupadas – sobretudo pela criação de bovinos – para fins meramente especulativos e de uso da terra como reserva de valor: *“Uma boiada rala e pouco produtiva em termos de carne e leite sai-lhe mais barata do que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inproveitadas contra a intrusão dos que desejariam cultivá-las.”* (Idem, p. 193).

Com relação à tecnificação da agricultura, ainda nos anos 60 em diante, houve a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Estes se constituem do intenso desenvolvimento capitalista da agricultura e da divisão social do trabalho e da produção, no qual o campo se tornava não somente produtor de matérias-primas, mas também consumidor de produtos industrializados alterando a configuração das bases de produção.

O longo processo de transformação da base técnica - chamado de modernização - culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA, 1987, p. 3)

Esse processo necessita de grandes somas de investimento de capital. Assim, Moacir Palmeira destaca que *“nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.”* (PALMEIRA, 1985, p. 96). Aqui vemos claramente uma mudança na perspectiva dos projetos antes de 1964. Em outras palavras, se num primeiro momento – década de 50 – o projeto era difundir tecnologia aos pequenos proprietários para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, aumentar os produtos mercantilizados, nessa

¹ Szmrecsányi considera que nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1970, os estabelecimentos agrícolas ultrapassavam 80% do território do próprio Estado, enquanto que nos outros sete Estados – Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso – no mesmo período, os estabelecimentos rurais não chegavam nem perto da metade dos sete anteriores. Portanto, baseado na classificação de Dias (1978), o autor considera os sete primeiros Estados como regiões de “fronteira fechada” e o segundo grupo de sete estados como regiões de “fronteira aberta”. (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 172).

nova perspectiva, no pós-64, os esforços governamentais seriam redirecionados para os médios e grandes produtores rurais modernizarem-se com altos investimentos. Isso refletiria diretamente no direcionamento do extensionismo rural, como veremos mais adiante.

Por hora, importa destacarmos que a agricultura brasileira sofreria o que o José Graziano da Silva denomina de “modernização dolorosa²” na qual: “*o capital não tinha conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador rural, nem revolucionar o processo de produção propriamente dito, de maneira ampla e dinâmica*” (SILVA, 1986, p. 127). O autor ressalta, com relação a esse período, que esse processo de “tecnificação” do campo, deixou também os pequenos produtores a mercê do uso de melhoramentos e insumos agrícolas em geral, configurando um aumento no consumo de bens intermediários (Idem p. 63). Mas, a difusão tecnológica para esse segmento de classe trouxe consequências adversas e em graus diferentes nas regiões do país.

Uma das adversidades marcante em todo o país com a dita “modernização dolorosa” foi a conservação da desigualdade no acesso a terra e sua crescente concentração, o que é apontado por Palmeira como os “efeitos perversos” das políticas agrícolas coadjuvantes desse processo. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, houve a construção de hidrelétricas e de rodovias – a mais expressiva obra nessa região foi a rodovia Transamazônica – que valorizavam as terras em seu entorno, a altos custos de deslocamento de populações inteiras sem a devida indenização. Houve também grandes leilões de terras públicas nas regiões de fronteira agrícola, sobretudo localizadas no Centro Oeste, beneficiando grupos de investidores nacionais e estrangeiros que compravam vastos lotes de terra a preços módicos. (PALMEIRA, op. cit., p. 98).

No Centro-Sul do país, o processo foi caracterizado pela reconcentração de terra, ou seja, as pequenas propriedades foram “fagocitadas” pelos grandes latifúndios/empresas rurais vizinhos, pois aqueles não tinham como produzir no novo modo de produção capitalista em escala industrial. (SILVA org., 1980, p. 39). Dessa forma, “*no processo recente de reconcentração da propriedade e da posse da terra no Brasil foi tão importante a eliminação das pequenas explorações anteriormente existentes, como o nascimento de novas grandes unidades nas regiões de expansão da fronteira agrícola*” (SILVA, 1982, p. 53).

Outro importante, fator que ocorreu nesse processo de industrialização da agricultura e formação dos CAIs foi o que Graziano da Silva denomina de “especialização da produção” nas

²A categoria “modernização conservadora” cunhada por José Graziano da Silva expressa algo muito maior do que uma mera dicotomia entre “tradição” e “modernidade” cujo debate histórico atual tem se debruçado. Portanto, o uso do conceito de Graziano da Silva está sendo aqui apropriado de maneira parcial tomando o cuidado de estabelecer que o sentido de modernização aqui referido é de capitalização do campo, numa tradição marxista que, pelo menos nesse período, José Graziano está inserido e dialogando.

fazendas. “Na medida em que as propriedades se voltavam mais e mais para o mercado, houve também uma transformação qualitativa interna a elas: houve uma **especialização** da produção. [...] Agora são as fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz etc.” (Idem, p. 62).

Essa especialização da produção trouxe consigo uma espécie de crise de representatividade dentro da classe patronal. As entidades tradicionais tais como a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA e Sociedade Rural Brasileira – SRB³ estavam obsoletas diante da multiplicidade de produtores não sendo, após a “modernização da agricultura”, uma representação “real”, mas uma espécie de representação formal (SILVA, 1992, p. 15). Houve, então, o que Graziano da Silva chamou de “fracionamento” das representações patronais reflexo da especialização da produção. As federações de agricultura estaduais e também as cooperativas se tornaram os novos aparelhos privados de hegemonia:

En synthèse, la modernisation de L'agriculture brésilienne a elle même creusé le fossé qui existe entre la représentation formelle et la représentation réelle du patronat rural brésilien. Les organisation par produit ainsi que les coopératives se sont renforcées au cours de ces vingt cinq dernières années, et ont ainsi assumé de fait la représentation des producteurs agricoles. Avec un avantage dû au fait que, dans la plupart des cas, eles sont parvenues à articuler les grands et petits producteurs, leur fournissant “démocratiquement”, l'essentiel à l'exercice de leur pouvoir de pression auprès du gouvernement⁴. (SILVA, op. cit., p. 15).

Ora, nesse processo, as disputas seriam acirradas decorrentes dos múltiplos interesses muitas vezes divergentes. Sonia Mendonça destaca esse fracionamento como um período de “crise de representação patronal” somente superada nos anos de 1990 com a criação da ABAG que (MENDONÇA, 2010(b), p. 218). Antes, porém, em 1969 a fundação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB indicava a formação de uma nova configuração das relações de produção no campo através da noção de cooperativismo⁵. A OCB disputaria a representação legítima de frações da classe dominante agroindustrial juntamente com as mais tradicionais entidades anteriormente mencionadas: SNA, SRB e CNA, esta última intimamente ligada à ABCAR. O discurso veiculado pela nova entidade de origem paulista era o conceito do cooperativismo tinha como princípio a “harmonia” e “democracia”. Dessa forma, o cooperativismo

³³ Essas três entidades de classe durante todo o período Republicano no Brasil foram as principais representantes das frações da classe patronal no Brasil, para mais informações ver: Mendonça, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro* São Paulo: Hucitec, 1997 e Mendonça, Sonia Regina de *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010(b).

⁴ [Em resumo, a modernização da agricultura brasileira ampliou-se o fosso entre a representação formal e representação real dos empregadores no Brasil rural. A organização de produtos e cooperativas têm fortalecido ao longo dos últimos 25 anos e, assim, assumiu que a representação dos agricultores. Com uma vantagem porque, na maioria dos casos, eles foram capazes de articular os grandes e pequenos produtores, fornecendo "democraticamente", para o exercício do seu poder de pressão sobre o Governo.

⁵O cooperativismo desse período implicava numa organização social caracterizada por reunir produtores de mesmo cultivo. Isto é, cooperativas de produtores de leite, de algodão, de milho, de feijão. Em alguns casos a organização era pela divisão do trabalho, como cooperativas de transporte, armazenamento, entre outras.

podia convergir os interesses dos segmentos em disputa entre e até intraclasse social, suprimindo os conflitos e tensões no âmbito da agricultura. Difundiam ainda a crença do cooperativismo como sinônimo de igualitarismo que nivelaria tanto as cooperativas empresariais (fundadoras da OCB) quanto às cooperativas de pequenos produtores como se iguais o fossem.

Reconfigurações na ABCAR no pós-64

Nesse novo momento, a ABCAR também iria reconfigurar sua ação, ampliando o extensionismo rural aos médios e grandes proprietários, sobretudo após 1966 quando a ABCAR passou a ser coordenada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola – INDA, criado pelo Estatuto da Terra em 1964 juntamente com o suposto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA. Enquanto o primeiro fora vinculado ao próprio Ministério da Agricultura e dirigido por um membro da CNA, o IBRA fora diretamente vinculado ao gabinete da Presidência da República. Tal reconfiguração perpetrada nesse período pela ABCAR ajudaria no processo de industrialização da agricultura e implantação dos CAIs.

Dessa forma, a ABCAR percorreria um caminho sem volta, onde o princípio de “elevar a produtividade e a produção agrícola” se tornaria o objetivo central da ação extensionista a ser perpetrada pela agencia. Anteriormente, a espécie de “mantra” repetido, desde 1948 – datas das primeiras experiências extensionista no Brasil – nas cartilhas, documentos e estatutos da ABCAR era o de “melhorar a vida do produtor rural”. Todavia, em meados da década de 60 esse “mantra” seria relegado a projetos pontuais, carentes de expressividade. A “nova” lógica veiculada pela extensão rural baseou-se no caráter “fomentista”, isto é, na certeza de que a difusão de tecnologia e de melhoramentos técnicos aumentaria a produção agrícola resultando, por sua vez, em preços supostamente mais baixos dos alimentos, o que poderia implicar em melhoria no consumo de alimentos por parte da população:

O serviço de extensão que desenvolve uma atividade fomentista está atendendo o agricultor, **não porque esteja preocupado com o bem-estar rural**, mas sim porque, estimulando a produção, poderá ensejar alimentos e fibras a preços relativos mais baratos aos consumidores e ao mercado de exportação. [...] Dentro da estratégia fomentista depreende-se facilmente que o critério fundamental que guia tal procedimento é a rapidez com que os retornos serão alcançados. Quanto mais rapidamente promover o aumento da produção melhor será para a sociedade. (ABCAR, 1973, p. 22).

Ora, para aumentar a rapidez da resposta na elevação quantitativa da produtividade, os esforços do extensionismo deveria mais que nunca ser redirecionados para os médios e grandes proprietários, pois esses eram os mais capazes de ter acesso ao crédito e aos conhecimentos técnicos, obtendo melhores resultados (Idem).

Esse processo gerou, como aponta a bibliografia especializada, uma intensificação da desigualdade no campo (MENDONÇA, 2010(b); PALMEIRA & LEITE, 1998; SILVA, 1980; SILVA, 1986; SORJ, 1980; SZMRECSÁNYI, 2007, entre outros). Nesse sentido, se num primeiro momento o extensionismo tinha como proposta difundir tecnologias destinadas ao segmento dos pequenos proprietários para, através do aumento de sua produção, abastecerem o mercado interno, no período posterior a 1966, quando a ABCAR passou a ser coordenada pelo INDA, já não mais partia dessa premissa, privilegiando apenas os detentores das melhores condições de responderem ao estímulo tecnológico. Isso significa dizer que, em certa medida, a extensão rural auxiliou no processo de intensificação da desigualdade no campo, uma vez que não mais privilegiava a estratégia de inserção do pequeno proprietário, mas sim aquela da exclusão dos que não tinham condições de arcar com as por ela chamadas de “respostas quantitativas”.

Isso não quer dizer que, desde as primeiras experiências de extensão rural em 1948, bem como da trajetória da ABCAR entre 1956 e 1966 esta se revestisse de um espírito “humanista”, tal como acredita Mascarenhas, pois:

O fato de tratar-se de pequenos produtores tecnologicamente modernos não elimina a argumentação de estarem pressionados, no sistema em que se inserem, no sentido de sobretrabalho e do subconsumo [...]. Na posição em que a pequena produção se insere no sistema, a tecnificação, mais do que uma oportunidade, representou uma imposição. (LOPES, 1978, p. 94, apud SILVA, 1982, p. 137).

Isso revela que os pequenos proprietários não conseguiam acompanhar o processo de modernização da agricultura uma vez que esse processo necessita de altos investimentos de capital sendo expropriados de suas terras, seja pela compra pelos vizinhos latifundiários, seja pelo endividamento com os credores devido ao crédito fornecido pelos bancos públicos e privados. em outras palavras: “*Estes [os pequenos proprietários de terra], sob o peso das dívidas então contraídas para adquirir as tecnologias vulgarizadas pelos extensionistas, ver-se-iam, em pouco tempo, duplamente expropriados: de sua propriedade e de seus próprios saberes*” (MENDONÇA, 2010(a), p. 76).

Por outro lado, a ABCAR iniciava um processo de reconfiguração dos seus quadros de funcionários diminuindo a contratação de extensionistas ligados à área social enquanto aumentava significativamente seus extensionistas ligados aos investimentos técnicos como mostra o quadro a seguir:

Quadro XIII – Evolução do quadro de pessoal do SIBER entre 1956-1975, discriminado por atividade:

Especificação	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agropec.	138	206	267	287	329	364	413	463	604

Bem-estar	127	179	214	233	245	262	304	327	387
Outros	-	-	-	-	-	-	-	18	17
Total	265	385	481	520	574	626	717	808	1008
Rel. A/S ¹	1,08	1,15	1,25	1,23	1,34	1,39	1,36	1,41	1,56
Rel. A/T ²	0,52	0,53	0,55	0,57	0,57	0,58	0,57	0,57	0,59

Especificação	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Agropec.	735	1026	1297	1394	1578	1703	2128	2747	3351	3485
Bem-estar	509	709	858	844	848	836	806	872	887	818
Outros	22	21	28	49	43	63	81	130	121	165
Total	1256	1756	2183	2287	2469	2602	3015	3749	4339	4468
Rel. A/S ¹	1,44	1,45	1,51	1,65	1,86	2,04	2,64	3,15	3,77	4,26
Rel. A/T ²	0,58	0,58	0,59	0,61	0,64	0,65	0,71	0,73	0,77	0,78

Fonte: RODRIGUES, C. M. **Seletividade das políticas públicas**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p. 136. 1994.

1 – Rel. A/S = relação técnicos da área agropecuária sobre técnicos da área social

2 – Rel. A/T = relação técnicos da área agropecuária sobre o total de técnicos.

Nota-se que o número de especialistas em agronomia cresceu constantemente em todo o período, ao passo que com relação aos técnicos especialistas na área social houve, entre 1967 e 1974, uma ligeira estagnação nas contratações. Se atentarmos para a relação entre “A/S” vemos que o índice eleva-se aceleradamente a partir de 1965, chegando a ser quase quatro vezes mais elevado em 1974, se comparado a seu início em 1956.

Uma análise qualitativa das reportagens veiculadas pela revista *Extensão Rural*, editada pela própria ABCAR, também comprovam a nova linha de orientação desse aparelho do Estado restrito. A revista começou a ser publicada logo após a associação ser vinculada ao INDA, em 1966 e não mais diretamente a cargo do Ministério da Agricultura. O periódico substituiu os boletins informativos publicados desde 1957 sendo amplamente distribuídos para as entidades que compunham seu Conselho Deliberativo⁶ como, por exemplo, a CNA e a CONTAG e suas filiais estaduais, desde a ACAR-Minas até as do Nordeste, como a ANCAR-Sergipe. Em matéria do ano de 1969, intitulada “Extensão ajuda a quem trabalha”, a revista exalta o empenho e “liderança” que o médio proprietário teve para conseguir montar sua fábrica leiteira:

A granja leiteira mais moderna do município de Taquara, no Rio Grande do Sul, é o resultado do esforço e tenacidade do proprietário, Paulo Gonzaga, que durante anos perseguia a idéia de instalar um novo estábulo funcional, com ordenha mecânica e vacas de bom padrão zootécnico.

⁶ Fazia parte do Conselho Deliberativo nesse período os Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Interior; o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), de 1964 até 1970; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após sua criação em 1970; o Instituto Brasileiro do Café (IBC); a CNA; a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA); a USAID-Brasil/Aliança para o Progresso; os Bancos do Brasil, Nacional de Crédito Cooperativo, do Nordeste; as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Borracha, Desenvolvimento da Região Sul, Vale do São Francisco; Fundação Nacional do Bem-estar do menor. Detalhe importante é que essas instituições tiveram períodos diferentes ao longo do período de 1966 a 1974.

Um líder nato

Foi há mais de quinze anos que Paulo Gonzaga teve o primeiro contato com o extensionista da ASCAR. Desde então, passou a adotar as inovações técnicas preconizadas. Ainda mais: tornou-se um líder na sua comunidade, colaborando ativamente na difusão de novas práticas. E o seu exemplo animava seguidores. (Revista *Extensão Rural*, set.1969, p. 16).

Devemos também destacar aqui a participação constante da Associação Nacional dos Defensores de Adubos (ANDA). Essa entidade da sociedade civil criada em 1967 tinha por objetivo realizar propaganda dos fertilizantes e adubos químicos das empresas associadas⁷ dentre elas, por exemplo, a Bunge Fertilizantes S/A, Companhia Petroquímica Brasileira (Copebrás), entre outras⁷. A entidade, então presidida por Wladimir Antonio Puggina⁸, participava de convênios com a ABCAR promovendo estudos que comprovassem a eficácia da adubação química e orgânica para a agricultura, além de distribuir adubos para “agricultores” que tivessem “potencial” de liderança, como pode ser comprovado no projeto da ABCAR estabelecido em parceria com a FAO e a ANDA:

A experiência nos diz que de um modo geral, o adubo é responsável por 50% do aumento da produtividade para a maioria das culturas. Os 50% restantes são provenientes de outros insumos modernos ou práticas agrícolas melhoradas

Como escolher os agricultores:

50% do êxito de um ensaio demonstrativo, consiste na escolha dos agricultores:

1) Agricultor em potencial é aquele que não se interessa somente pelo saco de adubo grátis, mais dá importância ao possível resultado que este pode produzir na colheita. (ABCAR, s.d., p. 2).

Além disso, a ANDA tinha intensa participação no chamado Comitê Nacional dos Clubes de juventude 4-S⁹. Esse comitê foi criado em 1967 no Congresso Nacional de Agropecuária realizada em Brasília anualmente. A ANDA e empresas privadas distribuíam prêmios aos “campeões de produtividade”, jovens associados Clubes 4-S – chamados de quatroessentista:

Os prêmios conferidos a esses campeões nacionais de 1968 foram patrocinados pela **Esso Brasileira de Petróleo, Ford Motor do Brasil, Sears Roebuck, Refinações de Milho Brasil, ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos) e Massey Ferguson do Brasil.**

⁷ Não foi possível encontrar o quadro das empresas filiadas no período de sua fundação. De acordo com o site da instituição a ANDA foi fundada em 13 de abril de 1967, no Nacional Clube, no bairro do Pacaembu em São Paulo. A ANDA tinha a missão específica de convencer os agricultores do custo-benefício dos fertilizantes. Uma ação pioneira de “marketing institucional” na agricultura. Imediatamente após a fundação, a Anda promoveu mais de vinte reuniões para mostrar a razão de sua existência nas capitais e cidades interioranas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. <http://www.anda.org.br/index.php?mpg=01.01.00&ver=por> acessado no dia 03 de janeiro de 2013.

⁸ Wladimir Antonio Puggina é, até o presente, Conselheiro Independente da Minerva S.A. um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne in natura, industrializados e subprodutos de origem bovina e que também atua também no segmento de *Food Services* através da Joint Venture *Minerva Dawn Farms* (MDF). A empresa foi fundada em 1957, pela família Vilela de Queiroz, que deu início à criação de gado e prestação de serviços de logística para transporte de gado de fazendas para abatedouros; tendo fundado, em 1992, sua primeira unidade de abate e processamento, localizada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo. www.mzweb.com.br/minerva acessado em 14/07/2010. *Apud.* MENDONÇA, 2010 (a), p. 54.

⁹ A ABCAR também mantinha projetos para a juventude rural. Inspirado nos Clubes 4-H (Head [cabeça], Heart [coração], Health [saúde], Hands [mãos]) de juventude rural nos EUA e em outros países latino-americanos, a ABCAR promoveu a criação de Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde) – que tinham como símbolo um trevo de quatro folhas, com um “S” desenhado em cada folha – criados como espaços de lazer e educação complementar. (OLIVEIRA, op. cit., p. 78)

O aspecto mais notável dos jovens que integram os Clubes 4-S é a seriedade com que eles participam desse movimento e a contribuição que procuram prestar ao progresso do País. Assim, no III Congresso Nacional de Agropecuária, os quatrossentistas apresentaram estudos tentando identificar as falhas do preparo da juventude rural, melhorar a eficiência do ensino rural e os baixos preços dos produtos agropecuários, nem assim aliviar as cargas fiscais dessa atividade. (Revista *Extensão Rural*, set. 1969, p. 10-11)

Cirne Lima e a ABCAR: um ministro à frente da extensão

Em 30 de outubro de 1969, Luiz Fernando Cirne Lima assume o Ministério da Agricultura. Apesar de sua pouca idade¹⁰, a trajetória do gaúcho era extensa: formado em agronomia, era sócio proprietário de inúmeras fazendas de gado no Rio Grande do Sul –foi presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) – entidade que mantinha fortes vínculos com a SNA¹¹ – logo antes de ser chamado para ocupar a pasta da Agricultura. Devido a sua trajetória política ser pautada por claro alinhamento com a SNA o novo Ministro defendia a bandeira da mecanização para os grandes proprietários e da cooperativização para os pequenos produtores (MENDONÇA, 2010 (b), p. 74). O Ministro foi o principal articulador da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), bem como das reformulações ocorridas no Ministério da Agricultura.

Ele deve ser considerado como um importante intelectual orgânico com intensa articulação entre as agremiações patronais. Talvez podemos considera-lo ligado aos segmentos mais modernizados da agricultura, mas não ligado a uma entidade em particular. Lembramos aqui que, como Graziano já nos alertara, com a modernização da agricultura houve um “fracionamento” da representação no âmbito da sociedade civil. Isso quer dizer que os vínculos estabelecidos de Cine Lima com a SNA não o colocam numa posição de direto alinhamento dos projetos da entidade fluminense. Sua ligação com tal entidade, pode ser considerada num aspecto mais formal do que real, pois as entidades patronais tais como a SNA, CNA e SRB configuravam-se como representações de caráter “formal”, ou mesmo tradicional. Portanto, podemos inferir que sua ligação principal deva ser estabelecida na sua relação com a FARSUL e seu ramo pecuarista, pois depois de ser Ministro da Agricultura foi diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC).

¹⁰ Cirne Lima assumiu o Ministério da Agricultura aos 36 anos. Para mais detalhes trajetória nos anexos I e VI.

¹¹“Desde o início do século XX, frações da classe dominante agrária organizadas em torno da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) estimulavam - com base no decreto n. 6532, de 1907 – a fundação de sindicatos e associações de proprietários rurais, vinculados a distintos ramos produtivos e a várias regiões do país. A Sociedade Agrícola Fluminense, a Sociedade Mineira de Agricultura, a Sociedade Agrícola de Pernambuco e a **Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)**, por exemplo, surgiram neste contexto e sob orientação da SNA.” (Ramos, 2011, p. 31, grifos nossos).

Em outras palavras, Cirne Lima personificava o novo empresariado rural brasileiro gozando, com isso, de ampla circulação entre as entidades patronais mais “modernas”, contando inclusive – e, sobretudo - com o apoio da SRB. Nesse sentido, a ABCAR viria a constituir-se em importante instrumento para a realização de seus interesses já que a agência era a “linha de frente” do Ministério da Agricultura no tocante a um novo projeto de desenvolvimento rural e o Cirne Lima sabia disso.

A revista *Extensão Rural*, de agosto de 1969, publicou o novo Estatuto da ABCAR, que teria como principal objetivo:

Constitui finalidade do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, contribuir para a integração do setor rural no desenvolvimento global do País, mediante a execução de atividades relacionadas com os aspectos tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e estruturais, em ação conjunta com outros órgãos e entidades voltadas para o mesmo propósito (Revista *Extensão Rural*, agosto de 1969, p. 7).

Nessa mesma matéria vemos que a Junta Governativa da ABCAR passou a denominar-se Conselho Deliberativo, permanecendo com os mesmos integrantes, exceto os secretários-executivos das filiadas estaduais. Estes últimos formariam o Conselho Técnico-Administrativo, responsável por apresentar ao Conselho Deliberativo os planejamentos anuais, orçamentos e demais assuntos de menor importância. Tal mudança não seria meramente formal, uma vez que a centralização das decisões se tornava mais intensa com a exclusão dos secretários-executivos das filiadas regionais, tornando a influência dos membros das entidades civis – como a CNA – mesmo dos representantes do Ministério da Agricultura menor. Essa modificação fazia parte da “Reforma Administrativa” iniciada pelo Ministro Cirne Lima visando “aperfeiçoar” a ação da Pasta, no sentido de sua adequação a um novo projeto de agricultura mais mecanizada e industrializada:

A reestruturação ora iniciada inspirou-se em princípios básicos da Reforma Administrativa tais como a centralização do planejamento, da coordenação e do controle e a descentralização executiva, cuja aplicação se ajusta às peculiaridades de organização e funcionamento do Sistema de Extensão (Revista *Extensão Rural*, ago. 1969, p. 7).

Na gestão do Ministro Cirne Lima (1969-1973), sua assídua presença nas reuniões do Conselho Deliberativo da ABCAR expressava seu estrito acompanhamento das práticas extensionistas levada a cabo pela ABCAR:

O ministro Cirne Lima expressou, ainda, que era com a maior satisfação que comparecia à reunião do Conselho Deliberativo da ABCAR. “Na minha gestão à frente da pasta da Agricultura – frisou- já se realizaram duas reuniões do Conselho e a ambas estive presente. Com isso, desejo apenas deixar bem claro o interesse e apoio que damos aos Sistema ABCAR, ao notável trabalho que estamos realizando, mesmo reconhecendo as graves dificuldades que se abatem sobre o Sistema. Mas conhecem também os senhores o esforço que temos feito, em caráter pessoal e em caráter governamental, para obviar e contornar essas dificuldades.

Ao concluir o seu pronunciamento, o Ministro da Agricultura felicitou o presidente e o secretário executivo da ABCAR, bem assim os dirigentes dos Serviços de Extensão estaduais. “E permitam-me que eu faça chegar, através dos senhores, aos mais modesto e obscuro técnico que trabalho no interior brasileiro minha palavra de estímulo e a minha saudação. Ao extensionista que esteja no município mais longínquo, **fazendo o trabalho sacerdotal da assistência técnica, aqui vai a minha palavra de apoio, e também o meu convite para acreditar no Brasil**, para crer no esforço enorme que o Governo brasileiro, que o Governo do Presidente Médici está empreendendo em prol do desenvolvimento do País. (Revista *Extensão Rural*, jul. 1970, p. 4-5, grifos nossos).

Contudo, em 1971, sua atuação se tornou mais estreita. Devido a problemas de saúde, o Presidente da ABCAR desde 1956, João Napoleão de Andrade, se afastou do cargo nesse ano. O Conselho Deliberativo se reuniu e, por aclamação unânime, elegeu o próprio Ministro Cirne Lima para o posto, se tornando Presidente da ABCAR. Até o fim de sua gestão, em maio de 1973, Cirne Lima acumulou ambos os cargos. Isso confirma a explícita convergência de interesses por ele representada, assim como os novos rumos da extensão rural que foram consolidados diretamente pelo Ministro. Consideramos esse período como exemplo máximo da relação estabelecida entre certas entidades patronais de classe e a ABCAR.

O Ministro Luiz Fernando Cirne Lima foi eleito Presidente da ABCAR, na última reunião do Conselho Deliberativo da entidade, que se realizou no dia 9 de dezembro, no Rio. A escolha, feita por aclamação, significou reconhecimento ao Ministro da Agricultura pelo apoio que vem dando ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, ao qual se acha estreitamente ligado, em termos oficiais e pessoais, em função dos objetivos da política agrícola. Como demonstração dessa confiança na atuação do Sistema, citou o recente Decreto que transfere para a ABCAR e suas filiais a execução do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro (PLAMAM), a partir de 1º de janeiro de 1972. (Revista *Extensão Rural*, dez. 1971).

Em 1970 o INDA e o IBRA, aparelhos do Estado criados pelo Estatuto da Terra em 1964, foram fundidos dando origem a um novo órgão: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A documentação consultada não demonstra qualquer alteração expressiva na nova coordenação do INCRA. As circunstâncias que levaram à extinção da ABCAR são complexas. Como vimos antes, se pensarmos no panorama geral, vemos que a aproximação entre o Ministro da Agricultura e a ABCAR – sendo este, ao mesmo tempo, presidente da associação – tornava a extensão rural fortalecida. Além disso, nas ações de expansão da fronteira agrícola, estímulo para Programas no Nordeste e ações de aumento da produtividade agrícola, a ABCAR mantinha convênios na maioria dos projetos.

Entretanto, no início da década de 1970, um episódio gerou forte crise institucional no interior da ABCAR: a demissão do Ministro da Agricultura, Cirne Lima, em maio de 1973. O *Jornal do Brasil* noticiou o episódio em primeira página, como manchete principal:

Cirne se demite do Ministério da Agricultura

O Sr. Luís Fernando Cirne Lima se demitiu ontem do Ministério da Agricultura, em carta que enviou pela manhã ao Presidente Médici, através do Chefe da Casa Civil, professor Leitão de Abreu. A demissão só foi anunciada às 17 horas, em nota de seis linhas da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

A nota informava que o pedido fora aceito e que o novo titular será o Sr. José de Moura Cavalcanti, atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A posse do novo Ministro da Agricultura está marcada para hoje, às 10 h 30m, no Palácio do Planalto. (*Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1973, p. 1).

Porém, a matéria não apontava para nenhum acontecimento específico que pudesse ter ocasionado tal pedido de demissão, embora alerte para a constante troca de ministros ocorrida no decorrer da gestão Médici. A carta de demissão, também publicada no jornal, chamava atenção para o problema dos preços dos alimentos em alta em todo o mundo (Idem, p. 3). Sabemos que a crise do “milagre” econômico forçou o tabelamento dos preços agrícolas para baixo. O Ministro Cirne Lima, em discordância com essa política, desentendeu-se acidamente com o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, também responsável pela imposição do aumento da taxaço no preço da carne. Nessa “queda de braço”, o Ministério da Agricultura, menos significativo que o Ministério da Fazenda, foi derrotado.

Para assumir a Pasta da Agricultura foi nomeado o então presidente do INCRA, José de Moura Cavalcanti. Fazendeiro em Pernambuco e na Paraíba, Moura Cavalcanti havia sido prefeito de Macaparana (Pernambuco), sua cidade natal (1950-1954), governador do Amapá no breve governo de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, membro do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Portanto, apesar de não contar com uma filiação direta com alguma entidade de classe, o fato de possuir fazendas em dois Estados, além de sua trajetória política o colocava em posição estratégica importante, alinhado à classe dominante agroindustrial. Ou seja, ele não era um mero funcionário de carreira e muito menos vinculava-se a movimentos sociais, podendo ser visto com importante intelectual orgânico, no sentido gramsciano, numa espécie de articulador e representante das frações da classe dominante agrária, conquanto com objetivos diversos do Ministro que o precedera.

De fato, dois meses depois, em 23 de julho de 1973, foi assinado o decreto nº 72.507 que sujeitava a direção da ABCAR ao Ministério da Agricultura, vinculando as diretrizes das atividades de extensão rural ao Ministério da Agricultura. O ato estabelecia, entre outros assuntos, que os planos ou programas relacionados à ABCAR somente seriam executados após “*prévia aprovação do Ministério da Agricultura nos seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros.*” (Decreto nº 72.507, § único). Na proposta orçamentária de 1974 é nítida a preocupação com a retirada dos recursos que sofrera em decorrência dessa lei:

Em virtude de alteração introduzida pelo Ministério da Agricultura, em 1973, quanto à entrega de recursos, que passou a ser feita diretamente às Filiadas, mediante ajustes, além de reduzidos, a presente proposta orçamentária consigna apenas os recursos destinados à ABCAR, enquanto que, para o Sistema, somente registra contribuições da SUVALE, SUDENE, FUNABEM e UNICEF, destinadas a projetos específicos. (ABCAR, 1974, p. 1).

Essa medida não agradou as entidades patronais. A SNA se manifestou acusando o decreto de “*criminoso*” pelo fato de a clara tentativa de cortes de verbas poder levar à própria desarticulação da ABCAR (MENDONÇA, 2010(b), p.121). No jornal *O Estado de São Paulo* de novembro de 1973, a colunista Ellen B. Geld¹² – que anteriormente publicara diversas matérias a favor da ABCAR, inclusive apoiando a criação de uma filiada da associação em São Paulo – publicou matéria ressaltando a total perda de autonomia da ABCAR em razão do decreto do Ministro Moura Cavalcanti.

De agora em diante, tudo mudou. Em setembro, um novo decreto fez da ABCAR um mero executor dos planos e programas estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. Alguns podem considerar esta ação como um passo na direção certa. Contudo, os que já estiveram em contato com a ABCAR nos últimos 20 anos o conhecem todos os seus méritos sabem, perfeitamente, que a ABCAR dificilmente teria alcançado toda a sua eficiência, sem a autonomia, que agora lhe é tirada. (*O Estado de São Paulo*, 11/11/73, p. 57)

A revista *Extensão Rural* continuou a veicular matérias e reportagens sobre as ações extensionistas nos Estados, as organizações cooperativas exitosas, bem como sobre o novo alinhamento entre pesquisa e extensão rural decorrente da criação da EMBRAPA, muito embora o periódico não mais apresentasse nenhuma matéria ou revelasse contato mais direto entre o Conselho Deliberativo e o Ministro da Agricultura como antes houvera. Aproximadamente um ano e meio após o decreto que minava as verbas da ABCAR, a edição de setembro/dezembro de 1974 da revista *Extensão Rural*, em meio a várias matérias corriqueiras publicou, na íntegra, a Lei nº 6.126, de 6 de novembro do mesmo ano, a qual criava a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Surpreendentemente, não houve comentário, nota, ou qualquer outra manifestação expressiva sobre tal novidade. Contudo, é óbvio que a decisão de criar um novo órgão estatal não teria surgido de uma hora para outra.

Glauco Olinger, em suas memórias, reproduz uma profunda dissensão pessoal entre o secretário-executivo da ABCAR, Aloísio Campelo (anexo I) e o recém-empossado Ministro Moura Cavalcanti, de modo a justificar a abrupta extinção da associação em 1974:

[...] incontinenti, [José de Moura Cavalcanti] manda um recado para que Aloísio Campelo peça demissão da ABCAR. Aloísio tenta resistir e é aconselhado por um grupo de dirigentes das associadas a pedir demissão. O recado é dado a Aloísio

¹² Ellet B. Geld é fazendeira e conservacionista. Publicou várias obras, entre elas *Pelas Janelas das Fazendas, Estranho no Vale*, etc. http://www.objetiva.com.br/site2011/autor_ficha.php?id=653, acessado no dia 19 de janeiro de 2013.

pelo então vice-presidente da ABCAR, o deputado federal José Saramago¹³(sic). O presidente da ABCAR, João Napoleão de Andrade, amigo de Juscelino Kubitschek, estava ausente. [...]

A ABCAR vinha sofrendo retaliações do Ministério da Agricultura, a ponte de remeter os recursos financeiros para os Estados via suas Delegacias Estaduais. (OLINGER, 1996., p. 91 e 93)

Semelhantemente à Olinger, José Paulo Ribeiro também explicita a divergência política pessoal que havia entre Moura Cavalcanti e Aloísio Campelo como uma “crise institucional”:

Mas, no momento em que estabilidade e prestígio para a Extensão Rural eram um fato concreto, surge nova crise institucional. A saída do ministro da Agricultura Cirne Lima e a entrada do ministro Mouta Cavalcanti, que antes de assumir o Ministério era presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, a quem o Sistema devia prestar contas, como executora, por delegação, das ações de Extensão Rural no país, mas cujas relações não eram as melhores. A partir daí, foram impostas normas de gestão financeira, subordinando as associadas, inclusive a ACAR, diretamente ao Ministério da Agricultura, com o consequente esvaziamento da ABCAR como coordenadora do Sistema. Resultados: recursos cortados, atraso nos salários, paralisação de projetos, perda para melhores oportunidades. E a crise continuou, porque não podendo demitir o secretário executivo da ABCAR por tratar-se de uma associação de direito privado e havendo incompatibilidade entre os dois personagens, o impasse ficou criado até a troca de governo em 1974. (RIBEIRO, 2000, p. 135).

Por um lado, não podemos desconsiderar as informações apontadas por Olinger e Ribeiro, tendo em vista que suas considerações demonstram o que Gramsci chamava de “pequena política”, ou seja, as artimanhas entretidas nos corredores do dia-a-dia do poder, em meio a questões de vaidade pessoal ou de interesses particulares. (GRAMSCI, 2007, p. 21). Esse desentendimento pessoal entre o secretário executivo da ABCAR e o Ministro da Agricultura reveste-se de grande relevância para explicar a extinção da ABCAR, ou melhor, como a única explicação.

Sabemos que uma das estratégias da “grande política” é transformar tudo em “pequena política”. Por outro lado, a análise limitada da extinção da ABCAR pelo viés da “pequena política” não nos permite avançar para entendermos a crise de hegemonia perpetrada nesse período. Tal dimensão não pode ser deixada de lado, uma vez que a extinção de um aparelho do Estado solidamente consolidado não foi determinada somente por intrigas pontuais. Isso quer dizer que o processo de extinção da ABCAR deve ser analisado como um processo derivado de múltiplas variáveis, no qual a desarticulação da proposta extensionista de difundir tecnologia para os pequenos produtores/proprietários foi consolidada, de fato, com a criação da EMBRATER retirando todos os resquícios “humanistas”, tal como o descreve Mascarenhas e Fonseca.

¹³ Em inúmeras entrevistas e em sua memória Glauco Olinger cita o vice-presidente da ABCAR como “José Saramago”. Contudo, de acordo com a documentação do período, Olinger está se referindo não ao escritor português, mas a Ewaldo Saramago Pinheiro, fluminense e que fora deputado federal pela UDN e depois pela ARENA (ver sua trajetória completa no anexo I).

Esta [criação da EMBRATER] foi a fórmula encontrada pelo Estado, como legítimo representante da classe dominante, para continuar utilizando as atividades extensionistas para servir a seus interesses e garantir, através de roupagem novas (o processo de modernização), a sobrevivência de um corpo velho e doente – o setor agrícola brasileiro – onde o trabalho de muitos faz a riqueza de alguns (FONSECA, 1985, p. 181).

Moura Cavalcanti foi Ministro da Agricultura até o final do governo Médici. A extinção efetiva da ABCAR deu-se na gestão do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli que assumiu o cargo em 15 de março de 1974, no mesmo dia em que Geisel tomou posse como novo presidente militar do país. Alysson Paulinelli tinha sido presidente da ACAR-Minas, a mais tradicional e forte associada estadual da ABCAR. Formado em Engenharia, o novo Ministro tinha sido também Diretor da Escola de Agronomia de Lavras (MG), secretário de Agricultura deste Estado e presidente da ACAR-Minas.

O governador Rondon [do Estado de Minas Gerais] levou o secretário [de Agricultura de Minas Gerais] Paulinelli para fazer uma palestra na Escola Superior de Guerra, onde se encontrava o sr. Ernesto Geisel, que iria tomar posse como presidente da República do Brasil. A palestra foi sobre o Sistema Operacional da Agricultura em Minas Gerais. Resultado do evento: Alisson Paulinelli foi nomeado Ministro da Agricultura. (RIBEIRO, op. cit., p. 134).

Entendemos que a escolha de Paulinelli para a Pasta pelo então presidente Geisel se relacionava com o objetivo de, de certa forma “resgatar” o prestígio da extensão rural perdido após a gestão de Moura Cavalcanti e, nota-se, não da ABCAR (*O Estado de São Paulo*, 08 de março 1974, p. 5). É patente que a ABCAR, na gestão anterior, fora vinculada à imagem do “atraso” e do “obsoleto” excessiva marcas de uma agência do passado que não atendia mais as necessidades da conjuntura dos anos 70. Dias antes da posse do novo Ministro, Paulinelli divulgou que faria uma reordenação no Ministério da Agricultura, “nos moldes da Secretaria de Agricultura de Minas” (*O Estado de São Paulo*, 14 de março 1974, p. 28). Dentre as diversas medidas que seriam adotadas, ele transferiria as atividades da Superintendência do Vale de São Francisco e também da assistência técnica para os produtores de cacau e de cana-de-açúcar no Norte e Nordeste para a ABCAR. Mas, para tal fortalecimento, a ABCAR precisava sofrer mudanças institucionais, uma vez que suas ações estavam muito limitadas:

Tudo indica – segundo as mesmas fontes – que a Abcar será transformada em empresa de economia mista, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para que o Ministério da Agricultura possa dar-lhe recursos maiores e estáveis, flexibilidade administrativa e, sobretudo, colocar o sistema em condições de integrar suas políticas ao plano geral do governo para o setor agrícola (Idem).

A EMBRAPA, criada em 1973, ou seja, apenas um ano antes da própria EMBRATER, foi escolhida como modelo institucional para redefinir a ABCAR de modo a favorecer uma espécie de

“retorno” da sua autonomia. Ora, na verdade, tal decisão consolidaria o caráter produtivista adotado pela ABCAR desde os anos 60, imprimindo uma nova configuração administrativa descentralizada anulando os projetos de caráter social assumindo, dessa forma, o caráter empresarial corporativo:

Muitos técnicos que consideravam necessária uma modificação na ABCAR, preferiram que a entidade fosse transformada em fundação. Segundo eles dizem, a situação de suas filiadas estaduais, agora, será de expectativa, pois vão depender do interesse de cada governo, o que não ocorria até agora como órgãos privados. Além disso, embora a extensão rural esteja incluída entre as atribuições da Embrater, **o que se prevê é que a solução dos problemas econômicos vai anular os empreendimentos no campo do bem-estar social**, no qual a própria ABCAR já começa a diminuir seus investimentos (*O Estado de São Paulo*, 08 de junho 1974, p. 10, grifos nossos).

Dessa forma, as associações estaduais viraram empresas estaduais sendo vinculadas ao governo dos Estados e não mais à EMBRATER. A nova organização administrativa era de caráter flexível e englobava também a iniciativa privada¹⁴ a EMBRATER se tornou a “irmã mais nova” da EMBRAPA, cujo modelo operacional é muito parecido¹⁵. A aproximação entre pesquisa e extensão foi intensificada, sobretudo com a criação, ainda em 1974 da Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER). Sua duração seria efêmera, porém, sua criação destaca-se como um importante argumento da intensificação da relação entre pesquisa e extensão a partir dos anos 70, a primeira como produtora e a segunda como difusora de novas tecnologias.

Uma das novidades da EMBRATER era seu papel de coordenadora das iniciativas privadas no âmbito do extensionismo. Nesse período, as empresas produtoras de insumos e maquinaria agrícola passaram a contar com departamentos de extensão rural, com o intuito de diretamente demonstrar e fornecer produtos voltados não para os pequenos proprietários, mas para os médios e grandes proprietários. Com isso, ocorreu a incorporação do grande e médio agricultor nas ações do Sistema EMBRATER, de descentralização. As unidades federais, estaduais e municipais atuavam

¹⁴ As iniciativas privadas já existiam e havia algum trabalho em conjunto com a ABCAR. Porém, vemos que há uma intensificação e distribuição do público alvo. Para mais informações ver: EMBRATER. Normas de Credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica. Deliberação n. 036/78 de 27 de dezembro de 1978 (Documento 4). Brasília, 1978.

¹⁵ A formatação de ambas as instituições serem empresas, o capital flexível são pontos principais de semelhanças entre a EMBRAPA e a EMBRATER. Não podemos esquecer também que a organização administrativa é muito parecida, um presidente¹⁵ As iniciativas privadas já existiam e havia algum trabalho em conjunto com a ABCAR. Porém, vemos que há um intensificação e distribuição do público alvo. Para mais informações ver: EMBRATER. Normas de Credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica. Deliberação n. 036/78 de 27 de dezembro de 1978 (Documento 4). Brasília, 1978.

¹⁵ A formatação de ambas as instituições serem empresas, o capital flexível são pontos principais de semelhanças entre a EMBRAPA e a EMBRATER. Não podemos esquecer também que a organização administrativa é muito parecida, um presidente, um vice e departamentos técnicos.

somente com o pequeno e o médio agricultor, cabendo às empresas privadas o trabalho com os grandes proprietários:

“O grande produtor e as empresas agrícolas serão assistidos pelas empresas privadas de planejamento, profissionais autônomos, técnicos vinculados às cooperativas e associações de produtores, além dos profissionais ligados às empresas de produção e revenda de insumos. Esta esfera do setor de assistência técnica conta hoje com um contingente expressivo de profissionais, alguns deles indiretamente vinculados à Embrater através da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agrícola – ABEPA.(...). Desta forma, fica caracterizada a diretriz, a nível federal, de vinculação do Sistema Embrater (hoje entendido como Embrater e suas 25 associadas) com o pequena e média produção para o mercado e para o consumo familiar, enquanto que para a rede privada, a ser também regulada pela Embrater, compete a assistência às categorias empresariais e grandes produtores.”(EMBRATER, 1986, p. 47).

Esta teria apenas uma função normativa, orientadora e de controle, cabendo à execução às empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATERs) estaduais:

Os programas dos Estados terão que ser submetidos à Embrater, que liberará então os recursos, na mesma proporção prevista pela aplicação do Estado de origem, ou seja, se o programa estadual prevê um investimento de determinado valor, a Embrater entra com outra parte igual. (*O Estado de São Paulo*, 27 de julho 1974, p. 28).

Formava-se, assim, um novo modelo de gestão que, definitivamente, tornou a extensão rural no Brasil um catalisador das desigualdades sociais, políticas e econômicas no campo, privilegiando Os novos empresários rurais formados por médios, grandes e gigantes proprietários de terra.

Considerações finais

É importante destacar, por fim, a importância do conceito de Estado ampliado de Gramsci para a análise da trajetória do extensionismo rural nesse primeiro período de existência. É possível verificar uma relação direta entre os projetos e interesses das entidades do patronato rural brasileiro e a ação extensionista. Num primeiro momento, na década de 1950-60, sustentado por uma hegemonia da SNA e da CNA no Ministério da Agricultura, a ABCAR gozou de ampla expansão cunhando assistência social com difusão tecnológica e crédito rural dirigido, em graus diferentes, aos setores subalternos das comunidades rurais a partir da reordenação da produção agrícola no país. Contudo, a formação de uma crise de hegemonia e fragmentação da representação das frações da classe dominante no âmbito da sociedade civil, cujo ápice de encontra no início dos anos 70 a ABCAR perdia sua faceta social para intensificar sua difusão tecnológica e concentrar seus objetivos na produtividade. Isso não quer dizer que antes era melhor, ou mais “humano” como muitos autores apontam. Devemos sempre lembrar que desde o início das experiências extensionista no final dos anos 1940, mais precisamente em 1948 em São Paulo e Minas Gerais, o projeto de

extensão rural era incompatível com a realidade brasileira, pois fora trazido por norte-americanos, e tinha claramente o objetivo de intensificar o capitalismo no campo, desapropriando os saberes das classes rurais para encucar um saber técnico dito especializado e superior.

Vemos, então, que o extensionismo agia diretamente na construção de uma nova ideologia no campo, ideologia essa de caráter externo, especializada e dependente de insumos e maquinarias para alcançar padrões capitalistas de produção e produtividade. O deslocamento do extensionismo como difusor de tecnologia para todos os ditos produtores, sejam eles, pequenos, médios ou grande, não pode ser encarado como uma perda de um projeto anteriormente mais eficiente, como muitos apresentam. A extensão rural sempre serviu, em maior ou menor medida para capitalização no campo, sem alterar a estrutura agrária.

Bibliografia e fontes pesquisadas

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. ABCAR. *Agricultura e desenvolvimento*. São Paulo, Apec, 1973.

ABCAR. Documento básico para a discussão à distribuição de recursos dentro do Sistema ABCAR. Rio de Janeiro, ABCAR, s.d.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

Revista *Extensão Rural*, Rio de Janeiro: ABCAR, 1966 a 1974.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1948 a 1974.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1948 a 1974.

FONSECA, Maria. Teresa. Loudes. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. I. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. III. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2011.

LEITE, Sérgio; PALMEIRA, Moacir. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Os pensadores*, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo; Martin Claret, 2004.

_____. *O Capital*, livro I, vol. I. São Paulo; Difel, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010(a).

_____. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010(b).

_____. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*

Dissertação de mestrado, UFF, 2013.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. In: *Estudos avançados*, vol.3 no.7, São Paulo set./dez., 1989.

RIBEIRO, José. Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/PPP/EMATER-MG, 2000.

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil*. Tese, Brasília, 1994.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo, Unicamp, 1987.

_____.(org.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. Les associations patronales de l'agriculture brésilienne moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie, 1985-1989. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, v. 18, p. 11-34, 1992.

_____. *Processo técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”, In: HOLANDA, S. B. de. *O Brasil republicano*, v.11: economia e cultura (1930-1964), Rio de Janeiro, Bretand Brasil, 2007.